



ACÓRDÃO Nº 731/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11707/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Programa Estadual de Proteção e Orientação do Consumidor - PROCON/AM.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sra. Maria das Graças Soares Prola e Sra. Janaína Sales Rodrigues.- Gestoras e Ordenadoras de Despesa.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2970/2017-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 303/306).
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Programa Estadual de Proteção e Orientação do Consumidor - PROCON/AM. Exercício de 2015.

Irregularidade. Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** as contas da **Sra. Janaína Sales Rodrigues**, ordenadora de despesas do Departamento do Programa Estadual de Proteção ao Consumidor, no período de 01/01/2015 a 31/03/2015 de acordo com o artigo 308, VI, da Resolução nº 04 de 23 de Maio de 2002, Regimento Interno deste Tribunal de Contas;
- 10.2. **Julgar Regular, com Ressalvas** as contas da **Sra. Maria das Graças Soares Prola**, ordenadora de despesas do Departamento do Programa Estadual de Proteção ao Consumidor, no período de 01/04/2015 a 31/12/2015, de acordo com o artigo 22, II, da Lei nº 2423/1996, Lei Orgânica desta Corte de Contas;
- 10.3. **Aplicar Multa de R\$ 8.768,25 (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)** a **Sra. Janaina Sales Rodrigues**, com base no artigo 308, inciso VI, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, em razão das irregularidades apontadas na fundamentação da proposta de voto. O valor em questão deverá ser recolhido na esfera



ACÓRDÃO Nº 731/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

estadual ao Encargos Gerais do Estado – SEFAZ, no prazo de **30 dias**;

- 10.4. Aplicar Multa de R\$ 744,74 (setecentos e quarenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) a Sra. Maria das Graças Soares Prola**, de acordo com o artigo 53, parágrafo único, da Lei Orgânica TCE/AM, em virtude das restrições identificadas na fundamentação da proposta de voto. O valor em questão deverá ser recolhido na esfera estadual ao Encargos Gerais do Estado – SEFAZ, no prazo de **30 dias**;
- 10.5. Determinar à DICREX** que, em caso de não recolhimento dos valores ora imputados no prazo estabelecido, autue cobrança executiva em desfavor das **Sra. Janaína Sales Rodrigues e Sra. Maria das Graças Soares Prola**;
- 10.6. Determinar à atual gestão do Programa Estadual de Proteção e Orientação do Consumidor – PROCON** que observe, com maior rigor, as determinações contidas na Lei n.º 4.320/64 (art. 94), na Lei n.º 8.666/93 e na Resolução n.º 13/2015-TCE/AM, para que não ocorram novamente as impropriedades observadas na Prestação de Contas da **Sra. Janaína Sales Rodrigues e Sra. Maria das Graças Soares Prola**;
- 10.7. Notificar a Sra. Maria das Graças Soares Prola e a Sra. Janaina Sales Rodrigues** e a atual gestão do PROCON, sobre o desfecho atribuído a esta Prestação de Contas.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Julho de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em exercício

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral